

RECURSO ESPECIAL Nº 1.706.371 - CE (2017/0278890-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA
ADVOGADOS : REBECA ARRUDA GOMES E OUTRO(S) - DF024078
BEATRIZ MANTOVANI BERGAMO - SP300048
FABIO GENTILE - CE018498B
RECORRIDO : CEARA MARINE PILOTS - EMPRESA DE PRATICAGEM DO
ESTADO DO CEARA LTDA
ADVOGADOS : FELIPE SILVEIRA GURGEL DO AMARAL E OUTRO(S) -
CE018476
DENYSON SALES DO NASCIMENTO RIOS - CE019995
FÁBIO ZECH SYLVESTRE - CE019215

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, visa reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado (fls. 351/352, e-STJ):

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM FACE DE DECISÃO QUE DECRETOU A REVELIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. CITAÇÃO QUE ALCANÇOU SUA FINALIDADE. DESÍDIA DA PARTE. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO MERECE REPARO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO INALTERADA.

1 - Segundo lição de Fredie Didier Jr., "a citação é ato processual de comunicação ao sujeito passivo da relação jurídica processual (réu ou interessado) de que em face dele foi proposta demanda, a fim de que possa, querendo, vir a defender-se ou manifestar-se."

2 - Em outros termos, a citação tem por finalidade e razão de ser dar ciência à parte promovida de que em face desta foi proposta uma determinada demanda judicial. Alcançando esta finalidade, portanto, tem-se por perfectibilizada a citação.

3 - No específico caso dos autos, no que pese a empresa agravante refutar veementemente a citação realizada por AR na pessoa do Sr. Cleison Alves, tem-se que o referido ato judicial alcançou sua finalidade, pelo menos 2 (dois) meses antes da decisão ora vergastada, que decretou a revelia dos recorrentes. Explico.

4 - Em suas razões recursais (fl. 04), alega a recorrente que "foi com grande surpresa que a Maersk Brasil recentemente tomou conhecimento da existência da ação originária ao presente recurso - ação de cobrança..".

5 - No entanto, há de se reconhecer que pelo menos no dia 05 de junho de 2012 a empresa agravante já tinha pleno conhecimento da ação originária, É que, nesta data, foi assinada a procuração outorgada pela empresa em questão aos seus procuradores, com específicos poderes de representação "na ação de cobrança nº 522508-52.2011.8.06.0001, proposta pela CEARÁ MARINE PILOTS LTDA, em trâmite perante a 17ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza - CE...", conforme consta no documento de fls. 273/274, trazido aos autos pela própria insurgente.

6 - É no mínimo temerário se dizer que a decisão recorrida, datada de 08 de agosto de 2012, ou seja, passados mais de 2 (dois) meses da assinatura da procuração supra citada, causou "surpresa" à recorrente.

7 - Em verdade, o que se tem é que a citação refutada pela recorrente alcançou inegavelmente sua finalidade, o que, segundo jurisprudência remansosa do Superior Tribunal de Justiça, é suficiente para afastar a suposta nulidade do ato processual em análise.

8 - Não bastasse, é o caso, também de aplicação do princípio do *venire contra vactum proprium*, o qual refuta o comportamento contraditório. Ora, se em 05 de junho do ano em curso a empresa recorrente outorgou procuração a seus patronos para representá-los nos autos da demanda originária, não é dado a estes o direito de permanecer inertes, ao que parece propositadamente, para, depois de mais de 2 (dois) meses, na oportunidade em que se deu a decretação da revelia, arguir a nulidade da citação.

9 - Não há razões, por todo o exposto, para modificar a decisão monocrática ora em exame que, atenta à jurisprudência acerca do tema e a doutrina pertinente, negou seguimento ao agravo de instrumento, mantendo incólume a decisão interlocutória de primeiro grau que decretou a revelia da parte ora agravante.

10 - Recurso conhecido e improvido. Decisão inalterada.

Opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo julgador de fls. 366/374, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 376/394, e-STJ), a insurgente aponta violação dos arts. 214, 215, 223, 226 e 368 do CPC, defendendo, em síntese: i) invalidade da citação recebida por terceiro (funcionário do condomínio) que não o representante legal da recorrente; ii) havendo comparecimento espontâneo do réu, esta é a data a ser considerada como da efetiva citação; iii) a ciência inequívoca da parte só ocorre quando demonstrado seu contato com os autos do processo, vale dizer, quando retira os autos ou pede devolução de prazo. Logo, diversamente do afirmado pela Corte local, a outorga de procuração não serve para comprovar que já tinha conhecimento da demanda ajuizada contra si.

Contrarrazões às fls. 403/430, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da contrariedade aos arts. 214, 215, 223, 226 e 368 do CPC, na qual a parte sustenta, em síntese: i) invalidade da citação recebida por terceiro (funcionário do condomínio) que não o representante legal da recorrente; ii) havendo comparecimento espontâneo do réu, esta é a data a ser considerada como da efetiva citação; iii) a ciência inequívoca da parte só ocorre quando demonstrado seu contato com os autos do processo, vale dizer, quando retira os autos ou pede devolução de prazo. Logo, diversamente do afirmado pela Corte local, a outorga de procuração não serve para comprovar que já tinha conhecimento da demanda ajuizada contra si.

A Corte de origem rejeitou a tese de nulidade da citação, concluindo que a recorrente já tinha pleno conhecimento da ação ajuizada, tendo outorgado procuração com específicos poderes para representá-la na demanda manejada pela ora recorrida. Em razão disso, entendeu ser aplicável, ao caso, o princípio do *venire contra factum proprium*, confira-se:

No específico caso dos autos, no que pese a empresa agravante refutar (-3 veementemente a citação realizada por AR na pessoa do Sr. Cleison Alves, tem-se (i) que a referida notificação alcançou finalidade, pelo menos 2 (dois) meses antes da decisão ora vergastada, que decretou a revelia dos recorrentes. Explico.

Em suas razões recursais (fl. 04), alega a recorrente que "foi com cirande surpresa que a Maersk Brasil recentemente tomou conhecimento da existência da ação originária ao presente recurso - ação de cobrança...".

No entanto, há de se reconhecer que pelo menos no dia 05 de junho de 2012 a empresa agravante já tinha pleno conhecimento da ação originária. É que, nesta data, foi assinada a procuração outorgada pela empresa em questão aos seus procuradores, com específicos poderes de representação "na ação de cobrança nº 522508-52.2011.8.06.0001, proposta pela CEARÁ MARINE PILOTS LTDA, em trâmite perante a 17ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza CE..." conforme consta no documento de fls. 273/274, trazido aos autos pela própria insurgente.

É no mínimo temerário se dizer que a decisão recorrida, datada de 8 de agosto de 2012, ou seja, passados mais de 2 (dois) meses da assinatura da procuração supra citada, causou "surpresa" à recorrente.

Em verdade, o que se tem é que a citação refutada pela recorrente alcançou inegavelmente sua finalidade, o que, segundo jurisprudência remansosa do Superior Tribunal de Justiça, é suficiente para afastar a suposta nulidade do ato processual em análise. Neste sentido, colham-se os seguintes precedentes:

[...]

Não bastasse, é o caso, também de aplicação do princípio do *venire contra factum proprium*, o qual refuta o comportamento contraditório. Ora, se em 05 de junho do ano em curso a empresa recorrente outorgou procuração a seus patronos para representar-lhe nos autos da demanda originária, não é dado a estes o direito de permanecer inertes, ao que parece propositadamente, para, depois de mais de 2 (dois) meses, na oportunidade em que se deu a decretação da revelia, arguir a nulidade da citação. Sobre o tema, Fredie Didier Jr. leciona:

[...]

Como se vê a vedação ao comportamento contraditório busca resguardar e fazer prevalecer a boa-fé processual. O referido princípio, inclusive, é amplamente aplicado pela jurisprudência nacional, inclusive por esta Corte de Justiça, conforme aresto trazido à colação:

[...]

Destarte, o que se tem é que a recorrente pretende, valendo-se de sua própria torpeza e desídia, sustentar nulidade de ato cuja finalidade foi evidentemente alcançada, não havendo razões, portanto, para censurar o decisum recorrido.

Da leitura das razões recursais, verifica-se que a parte não cuidou de infirmar a aplicação do princípio do *venire contra factum proprium*, limitando-se a defender que a nulidade do ato citatório por não ter tido conhecimento, em momento oportuno, da demanda ajuizada contra si.

Nesse contexto, resta infrutífera a pretensão recursal, ante o óbice contido na Súmula 283/STF, que possui a seguinte redação: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. MANUTENÇÃO DO LIVRO DIÁRIO. PRAZO DE 30 (TRINTA) ANOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS DISPOSITIVOS LEGAIS. ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. 3. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. NÃO IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. 4. PRECLUSÃO HIERÁRQUICA. INEXISTÊNCIA. 5. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

3. A manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do recurso especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

[...]

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1308875/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/04/2019, DJe 23/04/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA N. 283/STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO ESPECÍFICA DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL EVENTUALMENTE VIOLADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

3. A ausência de impugnação direta, inequívoca e efetiva aos fundamentos do acórdão recorrido, fato que, por si só, é suficiente para a subsistência do decisum, atrai a incidência, por analogia, da Súmula 283/STF.

[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1117302/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018)

3. Do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator